



UDIPSS
SANTARÉM

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2025

Índice

1. Introdução e Agradecimentos	3
2. Órgãos Sociais.....	4
3. Recursos Humanos	4
4. Relatório de Atividades	5
4.1. Coesão, representatividade e afirmação (LOE1).....	5
4.2. Governança, transparência e sustentabilidade (LOE2)	8
4.3. Parcerias, Redes, Financiamento e Protocolos (LOE3).....	9
5. ANEXO I – Apresentação das Contas	9

1. Introdução e Agradecimentos

A União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Santarém (UDIPSS Santarém) tem como missão representar, apoiar e promover a cooperação entre as instituições sociais do distrito, contribuindo para o fortalecimento do setor social e solidário e para a melhoria das respostas prestadas às comunidades.

O presente Relatório de Atividades apresenta o trabalho desenvolvido ao longo do ano de 2025 pela direção então em funções, evidenciando as principais iniciativas realizadas, os serviços prestados às instituições associadas e a participação da UDIPSS Santarém nos diferentes espaços de representação e articulação institucional do setor social.

O ano de 2025 decorreu num contexto particularmente exigente para as instituições sociais, marcado por desafios relacionados com a sustentabilidade financeira, o aumento dos custos de funcionamento, a escassez de recursos humanos qualificados e a crescente complexidade administrativa. Estes fatores continuam a exigir uma forte capacidade de adaptação e cooperação entre as organizações que integram o setor social e solidário.

Neste contexto, a UDIPSS Santarém manteve o seu papel de apoio e acompanhamento às instituições associadas, através da prestação de serviços de assessoria jurídica e técnica, da dinamização de ações de formação, da participação em órgãos de representação institucional e da promoção de momentos de encontro e partilha entre as instituições do distrito.

Este relatório reflete, assim, o trabalho desenvolvido pela direção cessante e o contributo das instituições associadas que, através da sua participação e colaboração, continuam a afirmar a UDIPSS Santarém como uma estrutura de referência na representação e capacitação das IPSS do distrito.

A atual direção, que iniciou funções em 2026, reconhece o bom trabalho desenvolvido pelos anteriores corpos sociais e reafirma o compromisso de continuar a fortalecer a UDIPSS Santarém, promovendo uma maior cooperação entre instituições, reforçando a sua capacidade de apoio às associadas e contribuindo para o desenvolvimento do setor social no território.

Pela Direção

Luís Jacob

(Presidente)

2. Órgãos Sociais

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente – José Simões Marques
Secretário – José Manuel Godinho Maia
Secretária – Isabel Maria Paixão Salgueiro

DIREÇÃO

Presidente – Luís Manuel Jacob Jacinto
Vice-Presidente – David Pereira Catarino
Secretário – António Antunes Gaspar
Tesoureiro – José Carlos Ferrão Rodrigues
Vogal – Padre Ricardo Miguel Neves Madeira
Suplente – Fátima Catarina Gândara Gonçalves Costa Pinheiro Vale
Suplente – Isabel Alves da Costa Vieira
Suplente – Luís Pires
Suplente – Rita Baltazar Paulo

CONSELHO FISCAL

Presidente – Luís Manuel Silva Amaral
Vogal – José Ribeiro Valbom
Vogal - Filipa Isabel Ferreira Martinho
Suplente – Jorge Manuel Salgado Simões
Suplente – David Coelho dos Ramos
Suplente – Alexandre José da Conceição Casaca Ferreira

3. Recursos Humanos

- Quadro Permanente:
 - 1 Técnica Superior de Educação Social.

- Regime de Avença:
 - 1 Jurista;
 - 1 Contabilista.

4. Relatório de Atividades

4.1. Coesão, representatividade e afirmação (LOE1)

4.1.1. Rede de Associadas

Deixaram de ser associadas uma instituição referente ao ano de 2025: a Fundação Nossa Obra Nossa da Purificação (associada n.º 42) pelo que a União passa a contar com um total de 184 associadas.

Importa referir que a saída desta entidade está devidamente justificada pela demissão da qualidade de associada da UDIPSSS.

4.1.2. Desafios do setor social e solidário

É nossa convicção que o setor social e solidário continua a enfrentar múltiplos desafios pelo que se nos afigura da maior importância um real e efetivo compromisso entre os diversos *stakeholders* – Estado, organizações da sociedade civil e setor privado – para que, conjuntamente, seja possível continuar a desenvolver programas e políticas verdadeiramente fortalecedoras deste setor, nomeadamente um financiamento adequado, uma redução da carga burocrática e promoção e capacitação dos Recursos Humanos, garantindo um elevado suporte técnico conducente a uma efetiva colaboração e coordenação entre organizações.

Necessitamos de um novo olhar e mais compromisso, evoluir e melhorar, pois decorrente dos vários momentos e espaços de auscultação continuam a ser emergentes os seguintes temas:

a) Financiamento

Sabemos que apesar de caminharmos, paralelamente, para um outro conceito de sustentabilidade e autofinanciamento, com a organização de eventos tendentes a criar receita, muitas das nossas organizações são dependentes de financiamento público e de doações de privados. Torna-se deste modo importante que os recursos, embora limitados sejam, cada vez mais, considerados no planeamento tendente à implementação de soluções economicamente mais sustentáveis.

b) Recursos Humanos

A insuficiente capacitação dos nossos recursos humanos, aliada às dificuldades que as nossas instituições enfrentam, especialmente na captação e retenção de talento, resulta, em grande medida, da escassez de recursos financeiros no setor. A impossibilidade de oferecer remunerações atrativas e competitivas limita

significativamente a capacidade das instituições para recrutar profissionais qualificados e implementar programas eficazes, comprometendo, assim, o alcance de objetivos mais ambiciosos e sustentáveis.

c) Burocracia

O setor social e solidário enfrenta, desde sempre, uma elevada carga burocrática que acarreta custos administrativos e operacionais significativos. Esta realidade impõe às organizações, sobretudo às que dispõem de recursos mais limitados, a necessidade de cumprir um vasto conjunto de requisitos, aumentando a sua sobrecarga financeira e tornando a gestão diária um desafio constante.

Portugal, à semelhança de vários países europeus, enfrenta o envelhecimento progressivo da população, um fenómeno que exige respostas eficazes e sustentáveis. A prestação de mais e melhores serviços de assistência e cuidados de saúde torna-se imperativa, bem como a evolução e diversificação das respostas sociais, em particular do Serviço de Apoio Domiciliário (SAD). O objetivo deve ser garantir um apoio adequado às necessidades dos idosos, permitindo que a institucionalização seja apenas uma solução de último recurso.

Para além destes desafios, verificou-se também uma escassez significativa de educadoras de infância nas instituições de solidariedade social do distrito de Santarém, refletindo um problema conjuntural que afeta o setor, também a nível nacional. A dificuldade em recrutar profissionais qualificados para as respostas sociais de educação infantil deve-se, em grande parte, à escassez de candidatos, às exigências crescentes em termos de formação e às dificuldades financeiras das instituições, que limitam a sua capacidade de oferecer condições salariais competitivas.

É igualmente essencial que o setor se torne mais coeso e que se fortaleça a colaboração em rede. Ainda se verifica um funcionamento demasiado independente entre as diferentes entidades, o que torna indispensável a criação de sinergias, evitando a duplicação de esforços e promovendo uma gestão mais eficiente dos recursos disponíveis.

Reforçamos ainda a importância e a necessidade de **investir na Formação Profissional**, um eixo fundamental para a qualificação dos profissionais do setor. Temos procurado fomentar esta área, recorrendo ao apoio dos Municípios, de forma a proporcionar formação contínua às nossas Associadas sem as sobrecarregar financeiramente. Contudo, a inexistência de financiamento destinado às Uniões Distritais limita a nossa capacidade de garantir este apoio sem imputar encargos adicionais.

Acreditamos que a cooperação e a capacitação são pilares essenciais para fortalecer o setor social e solidário, garantindo respostas mais eficazes e sustentáveis para a sociedade.

4.1.3. Câmaras Municipais e outras Entidades Oficiais

Marcámos presença em reuniões das Plataformas Supraconcelhias da Lezíria e Médio Tejo e em diversos Conselhos Locais de Ação Social (CLAS), tendo feito esforços significativos para participar de forma mais ativa, apesar das limitações impostas pela gestão de recursos.

Continuamos a colaborar com as Uniões Distritais de Lisboa e Setúbal.

Estivemos presentes em todas as sessões do Conselho Geral da CNIS, que se realizaram em Fátima, bem como nas da Comissão Permanente do Conselho Geral da CNIS.

Ao nível da representação das suas associadas, a UDIPSS encontra-se representada nos seguintes órgãos:

- Conselho Geral da CNIS e Comissão Permanente do Conselho Geral da CNIS
- CDC - Comissão Distrital de Cooperação
- Plataforma Supraconcelhia da Lezíria do Tejo e Plataforma Supraconcelhia do Médio Tejo
- CIM Lezíria do Tejo e CIM Médio Tejo
- ACES da Lezíria do Tejo e ACES do Médio Tejo
- Conselho Municipal de Educação de Santarém

Além destas representações formais, a **UDIPSS** marcou presença em diversos **eventos e iniciativas promovidas pelas suas associadas**.

4.1.4. Assessoria Jurídica

Este serviço que prestamos às Instituições continua a ser uma enorme mais-valia para as nossas Associadas na medida em que possibilita o atendimento em formato presencial e/ou *online*, procurando sempre dar resposta às muitas questões que, através do endereço da assessoria jurídica, nos são colocadas.

A contratação da Dra. Otília Pires, desde novembro de 2022, tem evidenciado uma evolução muito positiva. Ao longo do ano de 2025, foram realizados diversos atendimentos, tanto em regime presencial como *online*, demonstrando o seu compromisso e profissionalismo.

Durante o ano de 2025 registámos os seguintes números:

a) Atendimento Jurídico e Assessoria Jurídica

O atendimento jurídico funciona nas modalidades presencial e online. No que se refere aos pareceres jurídicos os mesmo são recebidos/respondidos via e-mail. No total foram despendidas cerca de 75 horas.

4.1.5. Assessoria Direção/Coordenação Técnica/Apoio à Direção

Foi prestado apoio contínuo às Associadas através dos diversos canais de comunicação, garantindo um acompanhamento próximo e assegurando a sua representatividade. Este apoio incluiu o esclarecimento de dúvidas sobre legislação, normativos e regulamentos aplicáveis ao setor, bem como o acompanhamento e aconselhamento na submissão de candidaturas a programas de financiamento e apoios públicos. Além disso, foi assegurada a participação em reuniões e eventos institucionais, promovendo a defesa dos interesses das Associadas junto de entidades parceiras e organismos governamentais. Paralelamente, foram dinamizadas ações de formação, com o objetivo de reforçar a capacitação das instituições, bem como assegurado o acompanhamento técnico na implementação de boas práticas e no desenvolvimento de projetos estratégicos para o setor.

4.1.6. Comunicação Institucional

Quinzenalmente foi enviado o **INFOUNI@O**, ao qual foi atribuído um formato dinâmico, atrativo e, sempre que possível, enviado em formato de revista digital.

Em 2025 foram enviados 26 InfoUni@o.

O nosso perfil na rede social *Facebook* continua a ser atualizado sempre que possível, abrangendo a divulgação de eventos, ofertas de emprego, atividades e formações promovidas por nós, bem como pelas nossas associadas e parceiros.

Concluimos o processo de modernização do nosso site, que já se encontra totalmente atualizado e disponível em: <https://santarem.udipss.org/>

4.2. Governança, transparência e sustentabilidade (LOE2)

4.2.1. Formação Certificada/Capacitação de RH

Em 2025 foram realizadas **5 ações de formação**, que decorreram em formato presencial e tiveram a participação de **240 formandos/as**.

Data realização	Temática	Número de Participantes	Formato
27-02-2025	Transparência e Prestação de Contas nas IPSS: Conceitos Práticas e Ferramentas	39	Presencial
21-03-2025	Estatutos, Férias e Faltas nas IPSS	53	Online
02-06-2025	Regime de Proteção de Dados da Corrupção	27	Presencial

12-06-2025	Sessão Explicativa Comprovativo de Cooperação Protocolo para biénio 2025- 2026	70	Presencial
14-11-2025	Estatutos, Férias e Faltas, Licenças e Organização do Tempo de Trabalho	51	Presencial

4.3. Parcerias, Redes, Financiamento e Protocolos (LOE3)

Em agosto de 2025 rescindiu-se um Acordo com o IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional, no âmbito do Programa avançar, que teve início a 29/04/2024.

Foram ainda desenvolvidos outros protocolos tendo em vista o apoio prestado às associadas.

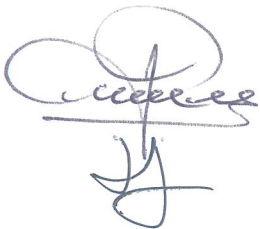
5. ANEXO I – Apresentação das Contas

ANEXO I

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2025	31/12/2024
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	4	1,797.81	2,679.85
Investimentos financeiros	5	1,115.59	1,115.59
Sub-total		2,913.40	3,795.44
Ativo corrente:			
Estado e outros entes públicos		133.50	0.00
Diferimentos		671.66	642.05
Outros ativos correntes	8	5,328.75	1,553.75
Caixa e depósitos bancários		60,968.79	60,193.63
Sub-total		67,102.70	62,389.43
TOTAL DO ATIVO		70,016.10	66,184.87
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundo Social	9	10,302.52	10,302.52
Resultados transitados	9	42,734.41	35,945.01
Sub-total		53,036.93	46,247.53
Resultado líquido do período		11,329.70	6,789.40
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS		64,366.63	53,036.93
PASSIVO			
Fornecedores		91.02	122.94
Estado e outros entes públicos	8	1,324.23	1,168.59
Diferimentos		666.80	1,333.40
Outros passivos correntes	8	3,567.42	10,523.01
Sub-total		5,649.47	13,147.94
TOTAL DO PASSIVO		5,649.47	13,147.94
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		70,016.10	66,184.87

DIREÇÃO

CONTABILISTA CERTIFICADO




RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	6	64,885.00	63,532.50
Subsídios, doações e legados à exploração	6	2,557.07	12,593.08
Fornecimentos e serviços externos		-23,739.03	-25,013.15
Gastos com o pessoal	10	-26,838.27	-35,214.41
Outros rendimentos	6	140.40	0.00
Outros gastos		-5,600.00	-6,688.42
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		11,405.17	9,209.60
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-882.04	-3,487.70
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		10,523.13	5,721.90
Juros e rendimentos similares obtidos		806.57	1,067.50
Resultado antes de impostos		11,329.70	6,789.40
Resultado líquido do período		11,329.70	6,789.40

DIREÇÃO

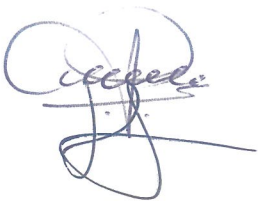
CONTABILISTA CERTIFICADO

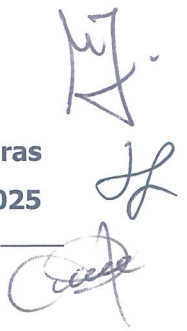


RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		61,110.00	62,167.50
Pagamentos a fornecedores		-24,191.81	-24,638.27
Pagamentos ao pessoal		-26,701.97	-35,051.54
Caixa gerada pelas operações		10,216.22	2,477.69
Outros recebimentos/pagamentos		-10,114.13	9,183.06
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		102.09	11,660.75
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		673.07	1,067.50
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		673.07	1,067.50
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0.00	0.00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Caixa e seus equivalentes no início do período		60,193.63	47,465.38
Caixa e seus equivalentes no fim do período		60,968.79	60,193.63

DIREÇÃO

CONTABILISTA CERTIFICADO



1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1. Designação da entidade

União Distrital das IPSS de Santarém

1.2. Sede

Rua Dr. Rui Silva Leitão, Lote 38 – LJ R/C Esq, 2005-162 Santarém

1.3. Natureza da atividade

A UDIPSSS é a expressão organizada da cooperação entre as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) do Distrito de Santarém visando proteger o quadro de valores éticos e filosóficos que lhes são comuns. Está enquadrada com o CAE: 88990.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de março, alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho e pela respetiva NCRF-ESNL aprovada pelo Aviso nº 8259/2015 de 29 de julho.

2.2. Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL) que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade

No período de relato não foram derogadas quaisquer disposições do sistema de normalização contabilística para as ESNL.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Nas demonstrações financeiras referentes ao período de relato, não existem conteúdos que não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Principais políticas contabilísticas

a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras: custo

b) Principais pressupostos relativos ao futuro: As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações realizadas pela entidade.

c) Principais fontes de incertezas das estimativas: As estimativas efetuadas tiveram por base o melhor conhecimento existente à data de apresentação das demonstrações financeiras.

3.2. Alterações nas políticas contabilísticas: não aplicável.

3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas: não aplicável.

3.4. Correção de erros de períodos anteriores: não aplicável.

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

4.1. As vidas úteis e taxas de depreciação usadas foram as constantes do DR n.º 25/2009, de 14 de setembro.

4.2. Para mensurar a quantia bruta escriturada foi utilizado o critério do custo e o método de depreciação utilizado foi o método da linha reta.

4.3. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período:

	Edifícios e outras construções	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Totais
- Quantia bruta inicial	1,115.00	13,896.87	18,780.78	33,792.65
- Depreciações acumuladas	-418.13	-13,896.87	-16,797.80	-31,112.80
Quantia líquida inicial	696.87	0.00	1,982.98	2,679.85
Movimentos do período	-111.50	0.00	-770.54	-882.04
- Total das adições	0.00	0.00	0.00	0.00
- Total das diminuições depreciações	-111.50	0.00	-770.54	-882.04
	111.50	0.00	770.54	882.04
Quantia líquida final	585.37	0.00	1,212.44	1,797.81

5. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

5.1. Os investimentos financeiros dizem respeito ao Fundo de Compensação do Trabalho.

6. RÉDITO

6.1. Indicação das quantias significativas de rédito reconhecidas no período:

	Valor
Prestação de serviços:	
- quotas	58,135.00
- ações de formação	6,750.00
Subsídios à exploração	1,189.07
Donativos em numerário	375.00
Consignação IRS	326.40
Juros	806.57

6.2. Os subsídios à exploração recebidos durante o período de relato dizem respeito a um contrato emprego-inserção do IEFP.

7. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

7.1. Os rendimentos da entidade estão isentos de imposto sobre o rendimento, nos termos da alínea b), do nº 1, do artigo 10º do Código do IRC e não existem situações sujeitas a tributação autónoma, pelo que não foram reconhecidos quaisquer gastos com imposto sobre o rendimento.

8. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

8.1. Desdobramento da conta de Outros ativos correntes:

	31/12/2025	31/12/2024
Associadas (quotas)	5,175.00	1,400.00
Fornecedores	153.75	153.75
TOTAL	5,328.75	1,553.75

8.2. Desdobramento da conta Estado e outros entes públicos:

	Saldos devedores	Saldos credores
Retenções na fonte	133.50	517.88
Segurança Social	0.00	806.35
TOTAL	133.50	1,324.23

8.3. Desdobramento da conta de Outros passivos correntes:

	31/12/2025	31/12/2024
Acréscimos de gastos - pessoal	3,521.95	3,390.16
Quota CNIS	0.00	6,545.00
Acréscimos de gastos - outros	45.47	587.85
TOTAL	3,567.42	10,523.01

9. FUNDOS PATRIMONIAIS

9.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período:

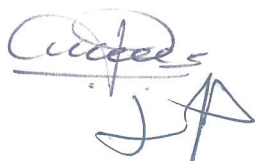
	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Fundo social	10,302.52	0.00	0.00	10,302.52
Resultados transitados	35,945.01	0.00	6,789.40	42,734.41
TOTAL	46,247.53	0.00	6,789.40	53,036.93

10. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

10.1. Durante o período de relato o número médio de empregados foi de 1.

10.2. Os membros dos órgãos diretivos durante o período de relato, não auferiram qualquer remuneração pelo desempenho das suas funções.

DIREÇÃO



CONTABILISTA CERTIFICADO

